

Capítulo II - Mapa de posições e segmentos de classe no Brasil de hoje

A investigação aqui desenvolvida envereda por um campo de estudo raramente explorado no Brasil, ao compor um mapeamento da disposição estrutural e dos perfis específicos das posições e dos segmentos de classe no Brasil de hoje, recorrendo à base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).¹ Com essa finalidade, o estudo emprega uma tipologia derivada, originalmente, do esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright, porém, alterada em diversos aspectos em relação ao seu ponto de partida, e cujas categorias empíricas foram construídas levando em consideração as possibilidades e as limitações da base de dados utilizada. O processo de mapeamento de posições, realizado à luz de um esquema teórico, permite realizar uma aproximação analítica dos traços relevantes da diferenciação de classes da sociedade brasileira. A configuração de uma visão de conjunto da estrutura de posições de classe envolve um processo de decomposição, que vai do todo aos seus elementos constituintes, e de recomposição, que vai dos componentes ao todo articulado. A consideração de outros fatores proeminentes ajuda a compor o quadro concreto da estrutura de posições sociais no Brasil. Esse é o caso da distribuição das posições de classe nos macrossetores de atividade econômica. A consideração das grandes regiões geográficas incorpora uma fonte de diversidade de reconhecida importância em países como o Brasil, pois reflete os processos de desenvolvimento desigual do capitalismo e expressa a divisão socioespacial do trabalho. A convocação das variáveis gênero e cor ou raça — inclusive a combinação de ambas — propicia uma articulação dos componentes posicionais com os chamados fatores atribuídos (*ascriptive*).²

Desafios teórico-metodológicos à construção do mapa de posições de classe

O desenvolvimento de uma estratégia de operacionalização do esquema de classes neomarxista de Erik Wright, com base nos dados da PNAD, envolve algumas dificuldades e opções. Wright considera que *classe e ocupação* possuem diferentes estatutos na teoria marxista. Ocupação corresponde à dimensão das relações técnicas de produção, enquanto classe diz respeito a localizações dentro das relações sociais de produção.³ Delineia-se, nessa formulação, um contraponto crítico aos esquemas de classes que se baseiam em agregados de categorias ocupacionais. Essa postura teórica não impede, por outro lado, o surgimento de críticas que colocam o autor como representante na análise de classes de um enfoque baseado em “agregados de empregos”. Em uma reflexão autocrítica, ligada à elaboração das noções de localizações de classe mediatas e temporais, Wright chegou a admitir que o seu esquema de classes pecava por tratar as localizações de classe como basicamente equivalentes a “empregos” (*jobs*), ocupados por indivíduos, e a estrutura de classes, então, como um mapa relacional da estrutura de empregos.⁴

A noção de “posição na ocupação” da PNAD, a bem da verdade, não diz respeito propriamente a uma matéria de relações técnicas de produção. Distinguem-se as categorias de posição na ocupação de empregado, trabalhador doméstico, conta-própria, empregador e outras. As principais categorias dizem respeito às formas históricas específicas assumidas pela divisão social do trabalho na sociedade capitalista — em um grau ainda genérico, senão mesmo “tosco”, representam um corte macrossocial que delimita uma estrutura de posições de classe. No empreendimento de operacionalização do esquema de classes, a dependência em relação à utilização estritamente de “agrupamentos ocupacionais” recai mais na categoria de empregados, o que não quer dizer que seja um problema localizado e, por isso, menor. Ao contrário, a complexidade assumida pela

estrutura de classes dos países capitalistas contemporâneos envolve muito o processo de diferenciação de classe dentro da categoria de assalariados.

A construção da tipologia de posições de classe exigiu, além de outros desafios, a resolução do problema teórico-metodológico de como classificar o denominado “Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar”, que representava quase 9,0% dos indivíduos com posições definidas. A forma como essa categoria originária da PNAD se encontra constituída não se sintoniza com um esquema de análise de classes, pois o trabalhador não remunerado pode estar “ajudando” um membro do domicílio — empregado agrícola, conta-própria ou empregador (posições distintas de classe). Ao focalizar a análise apenas na pessoa de referência da família ou do domicílio, seja como fator definidor, indicador ou *proxy* da posição classe do conjunto, o problema se restringe bastante, pois apenas 0,2% das pessoas de referência do *domicílio* e 0,5% das pessoas de referência da *família* enquadram-se nessa categoria na PNAD de 1996. Esse problema exige uma resolução particularmente ao se considerar os diferentes planos de análise: a posição da pessoa de referência da família, a posição dos indivíduos e a classificação-cruzada da posição da pessoa de referência e do cônjuge.

Em termos dos efetivos de não remunerados contabilizados pela PNAD, 73,5% dos trabalhadores domiciliares não remunerados se encontram inseridos em atividades do setor agrícola. A arregimentação de trabalhadores não remunerados é mais significativa entre os conta-próprias (22,4%), particularmente os agrícolas (49,9%), e os pequenos empregadores (19,2%). Apenas 8,0% dos trabalhadores manuais agrícolas mobilizam não remunerados. Considerações teórico-metodológicas fundamentaram a decisão de atribuir a parte desses trabalhadores não remunerados, de modo derivado, a posição de classe da pessoa de referência do domicílio.⁵ Em um estudo sobre os trabalhadores da agricultura brasileira, Graziano da Silva (1982) agregou de modo semelhante os “dependentes ativos” no âmbito da produção camponesa (os dados não eram de PNAD, mas do INCRA, e a referência não era o domicílio). Pode-se considerar

também que o trabalhador não remunerado, “ajudante” de um conta-própria urbano, compartilha, no nível da relação de trabalho familiar, a condição de auto-emprego urbano. Em um estudo sobre a “queda e a ascensão” da pequena burguesia americana, Wright tratou os “membros não remunerados da família” como parte do “auto-emprego total”. Levou-se em conta a natureza “familiar” dos empreendimentos, considerando que essas denominações podem refletir convenções culturais e relações de gênero, porém a localização de *classe* essencial dessas duas categorias é a mesma.⁶ O tratamento foi utilizado, também, para outros trabalhadores não remunerados em fazendas ou negócios familiares, considerados de pequenos empregadores ou capitalistas, conforme o número de empregados. Essas situações foram tidas mais como manifestações de convenções culturais ou hierarquias baseadas em idade e gênero, existentes na unidade familiar, acerca de qual membro da família é o proprietário “real”.⁷

A solução de derivação da posição de classe se revela também adequada para o caso dos trabalhadores não remunerados que “ajudam” empregados agrícolas, pois a agregação da mão-de-obra de membros da família pode ser vista como uma forma de superexploração do trabalho, vinculada ou não ao trabalho por “produção”. O trabalhador “principal” e o “ajudante” são ambos trabalhadores agrícolas.

A situação dos trabalhadores não remunerados que “ajudam” empregadores é mais complexa. Entre os membros da família há um compartilhamento das vantagens associadas à condição de classe, ainda que não haja uma “retirada” individual de renda. No caso da relação entre a pessoa de referência e o cônjuge há, na maioria das vezes, uma co-propriedade jurídica dos ativos de capital. Na medida em que se considere que o foco da análise não é a forma de inserção da atividade individual (comandar o negócio ou “ajudar”), mas a condição familiar abrangente, a solução de estipular a posição de classe derivada parece adequada.

Grau de cobertura e unidade de análise

A definição do grau de cobertura da análise de classe possui implicações ponderáveis sobre os resultados da investigação e representa um problema relativamente espinhoso. Wright e Goldthorpe convergem na escolha mais restrita dos indivíduos que estão engajados na força de trabalho ativa. A opção revela vantagens em termos pragmáticos de conveniência, mas remete para os diferentes significados sociológicos que podem ser atribuídos à noção de atividade/inatividade econômica. Além disso, a pesquisa de classe não pode ser indiferente à implicação sociológica do crescimento, na sociedade contemporânea, de uma ampla e heterogênea categoria social de economicamente inativos. Cabe ponderar, por outro lado, que todas as famílias estão implicadas na estrutura de classe, de modo que movimentos de entrada e saída do mercado de trabalho não mudam automaticamente a localização de classe da família.⁸ Marshall et al. sustentam que a análise de classe focaliza os grupos ocupacionais, a localização nas hierarquias organizacionais e demais atributos pertencentes à esfera do trabalho. A exclusão da agenda de pesquisa dos aposentados, dependentes do estado, e das donas de casa não solapa a lógica da análise, visto que tais grupos não revelam características relacionadas à classe tão distinta dos ocupados.⁹ Morris e Scott, ao contrário, apontam as fragilidades das suposições subjacentes à exclusão daqueles sem ocupação, nos esquemas em que classe é entendida indevidamente como uma mera matéria de classificação ocupacional. As chances de vida de um aposentado dependem, ponderam os autores, além da ocupação em que se aposentou, do fato de possuir ou não propriedade e do grau de usufruto de provisões estatais de bem-estar. A situação de status do aposentado como demandante de bem-estar pode compor um aspecto crítico das suas chances de vida. Entendidas como os “estratos” concretos que compõem os sistemas de estratificação, as classes sociais são os resultados dos processos derivados tanto de situações de classe quanto de prerrogativas de status.¹⁰

Edgell demonstra que o esquema conceitual usado, assim como as alternativas operacionais em termos de unidade de análise e grau de cobertura, afeta fortemente a dimensão da classe trabalhadora e a proporção dos casos “não classificados” e, por isso, não cobertos diretamente pela análise. Ao considerar a aplicação de um esquema conceitual de classe social, tendo o lar como unidade de análise, a inclusão apenas dos economicamente ativos implica em uma redução de 60,0% para 39,0% do tamanho da classe trabalhadora inglesa, além de deixar 34,0% da população adulta como “não classificada”, quer dizer, excluída da cobertura da análise direta.¹¹

Wright lamenta a deficiência dos levantamentos de dados usuais por amostragem, como os vinculados ao projeto sob sua coordenação, na abordagem dos segmentos mais destituídos da população dos países capitalistas.¹² Há um comprometimento da investigação quando a mesma fica centrada na força de trabalho ativa, definida de forma convencional. A presente investigação utiliza a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujos elementos conceituais e operacionais não são originalmente concebidos para o propósito específico de uma análise de classes. Os dados imprescindíveis à constituição das categorias empíricas dizem respeito ao universo de ocupados e, particularmente, à ocupação principal da pessoa. Entretanto, cabe registrar que desde 1992 a PNAD norteia-se por definições amplas de “trabalho” e de “ocupação”. Os ocupados não se circunscrevem aos engajados em trabalho remunerado e não remunerado, na produção de bens e serviços. A definição considerada inclui as atividades para autoconsumo e autoconstrução para a esfera do domicílio, realizadas ainda que seja *uma hora na semana*. Os critérios são tão elásticos que abarcam, na prática, “desempregados disfarçados” trabalhando em edificações e benfeitorias para uso de algum membro da unidade domiciliar. A pesquisa revela-se razoavelmente flexível para lidar com a realidade das diferentes formas de trabalho parcial e precário existentes no país.

A utilização de tipologias de classe demanda o equacionamento da complexa questão da unidade de assinalamento da posição *classe*. A escolha da unidade de análise desperta problemas fundamentais

concernentes ao entendimento dos mecanismos através dos quais a variável *classe* é explicativa. Uma abordagem aprofundada dessa problemática demanda uma análise pormenorizada da composição de classe da família e dos efeitos contextuais derivados das relações entre os seus membros economicamente ativos. No trabalho de mapeamento de posições aqui desenvolvido, serão confrontadas as posições dos indivíduos e das pessoas de referência da família. Entretanto, quando a tipologia for cruzada com outras variáveis, apresentam-se as distribuições de frequência, considerando a posição de todos os membros da família. A Tabela 2.1 mostra as duas representações ou imagens da estrutura de posições de classe que surgem a depender da escolha da unidade de análise. Incorporou-se, de forma complementar, nessa tipologia estritamente derivada do esquema de classes de Erik Olin Wright, a posição na ocupação, no período de captação de 368 dias, para as pessoas inativas ou desocupadas na semana de referência, na definição da localização do indivíduo dentro da tipologia, devido particularmente à questão do trabalho sazonal e precário na área rural.¹³

Erik Wright constrói uma tipologia de classes na sociedade capitalista contemporânea dirigida à pesquisa empírica sistemática, em função da apropriação de ativos em meios de produção, ativos de qualificação ou credenciais e dominação na produção. Na *tipologia básica*, essas dimensões são dicotomizadas, diferenciando seis localizações dentro das relações de classe. Já a *tipologia desenvolvida* promove uma tricotomização das dimensões, dando lugar a doze localizações de classe.¹⁴ A expressão dos fatores diferenciadores de posições de classe, na tipologia apresentada neste trabalho, envolve uma combinação de soluções metodológicas (dicotômicas com tricotômicas) e agregação de posições. Trata-se de uma opção perfeitamente compatível com o esquema teórico de classe neomarxista de Wright. É bom lembrar que o próprio autor chega a adotar, em vários estudos, uma tipologia restrita em decorrência da limitação da dimensão da amostra, da natureza dos dados disponíveis e do contexto analítico. Em um estudo sobre fronteiras de classe e mobilidade recorre-se a uma tipologia muito próxima da solução aqui

oferecida: empregadores, pequena burguesia, gerentes & supervisores especialistas, gerentes & supervisores não-especialistas, profissionais, semiprofissionais e trabalhadores.¹⁵

TABELA 2.1
Distribuição das posições de classe dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Posições de classe	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Capitalistas	351.408	0,5	233.483	0,7
Pequenos empregadores	2.417.223	3,5	1.665.727	4,9
Auto-empregados	20.935.570	30,0	11.444.083	33,6
Gerentes/supervisores credenciados	539.021	0,8	362.444	1,1
Gerentes/supervisores não credenciados	1.755.634	2,5	1.147.440	3,4
Especialistas	1.129.316	1,8	723.934	2,1
Trabalhadores qualificados	3.002.253	4,1	1.402.907	4,1
Trabalhadores proletarizados	33.728.100	48,3	15.602.688	45,8
Empregados domésticos	6.034.230	8,6	1.452.806	4,3
T O T A L	69.856.755	100,0	34.035.512	100,0

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

O conjunto de trabalhadores proletarizados e auto-empregados forma, nos dois critérios, perto de 80,0% das posições de classe constituídas. Os indivíduos formam um número menor de auto-empregados, porém maior de trabalhadores proletarizados e especialmente de trabalhadores domésticos, enquanto as pessoas de referência da família formam um contingente maior de auto-empregados, porém menor de trabalhadores proletarizados e trabalhadores domésticos. Além disso, existe um maior número de pequenos empregadores e gerentes/supervisores não credenciados entre as pessoas de referência da família. Parte importante dessa diferença se prende ao fato de que a classe dos empregados domésticos, a categoria que possui a maior flutuação relativa, produzindo parte da flutuação das demais, é ocupada quase totalmente por mulheres (93,0%) e representa uma parcela reduzida das pessoas de referência da família com uma posição de classe assinalada.¹⁶

Ao se apresentar na Tabela 2.1 o resultado da aplicação estrita do esquema de classes neomarxista, salta à vista na distribuição das posições de classe, de modo especial, a hipertrofia da categoria de auto-empregados, que parece anômala, mesmo levando-se em conta as conhecidas particularidades de países como o Brasil.¹⁷ Essa situação, inclusive, fez com que se evitasse a terminologia "pequena burguesia", com suas inerentes implicações teóricas, já que na visão marxista essa classe é formada por aqueles que possuem suficiente capital para trabalhar para si mesmos, mas não para empregar trabalhadores assalariados. Optou-se pela denominação mais genérica de auto-empregados. O agrupamento em questão possivelmente reúne situações díspares: pequena burguesia, formas de trabalho precário e assalariados disfarçados. As pessoas que dependem de alternativas de sobrevivência baseadas em trabalho precário não podem ser consideradas pequeno-burguesas como se possuíssem "suficiente capital para trabalhar para si mesmas". Muitas são tão destituídas de "ativos de capital" quanto os trabalhadores. Revelou-se necessário, por esse e outros motivos, desagregar ou segmentar a tipologia original, o que deu origem a uma tipologia de posições e segmentos de classe.

A tipologia segmentada foi construída para captar diferenciações internas nas posições de classe de pequenos empregadores, auto-empregados e trabalhadores proletarizados. Dentro dos limites colocados pelos dados disponíveis, ela pretende expressar e captar os fatores diferenciadores, vinculados à divisão social e técnica do trabalho, que tenham conseqüências em termos de desigualdades sociais. O desenvolvimento da divisão do trabalho gera “fragmentações” do capital e do trabalho.¹⁸ Processam-se determinadas “gradações hierarquizadas” que decompõem as classes em segmentos.¹⁹ Essa estratificação interna, que é característica de todas as classes, não invalida as bases relacionais das categorias de classe, antes complementa a análise de classes.²⁰ As diferenciações introduzidas internamente nos pequenos empregadores e auto-empregados urbanos se relacionam com a dimensão de controle de “ativos de capital”. Os trabalhadores proletarizados foram segmentados, considerando-se a relevância de determinados fatores associados ao tipo e ao setor de trabalho. Tanto a posição de classe quanto a posição ocupacional representam fontes distintas e importantes de desigualdade, e ambas são necessárias para entender as fontes posicionais de recompensas dos empregos. Considerável parte da desigualdade é produzida pela diferenciação ocupacional.²¹ A tipologia segmentada corresponde literalmente a uma desagregação interna da tipologia original. Pode-se falar dessa tipologia segmentada que a sua derivação teórica de uma tipologia de classes representa sua especificidade em relação às tipologias sócio-ocupacionais. A estratégia analítica considerada se sintoniza com a visão de que a estrutura de classes, nos países capitalistas, se desenvolveu no final do milênio em uma direção mais fragmentada e complexa de subdivisões. A pesquisa empírica de estratificação de classe, alerta John Scott, não pode concentrar o seu foco apenas nos grandes conjuntos de classes amplamente definidos, como a divisão tripartite entre classes privilegiadas, intermediárias e subordinadas, perdendo de vista as divisões internas, em termos de relações de propriedade e de emprego, que matizam a configuração social monolítica de classe social.²²

A Tabela 2.2 estampa o mapeamento das diferenciações de classe prevaletentes no Brasil de hoje, conforme os critérios alternativos de indivíduos e pessoas de referência da família. A distribuição das posições apresentada incorpora 37,0% de não remunerados, que tiveram a sua posição derivada da pessoa de referência do domicílio (os demais foram excluídos). Os não remunerados que tiveram a posição derivada representam 17,5% dos auto-empregados agrícolas, 10,3% dos pequenos empregadores menos capitalizados, 8,2% dos pequenos empregadores mais capitalizados, 6,0% dos auto-empregados capitalizados, 4,5% dos capitalistas, 3,6% dos trabalhadores agrícolas e 2,0% dos auto-empregados descapitalizados.

Os proprietários de ativos relevantes de capital

A classe capitalista mostra-se resistente à investigação sociológica através de levantamentos de dados por amostragem centrados no domicílio. Esse problema decorre não apenas da dificuldade de investigar o seu “pequeno número”, mas guarda relação com o processo maior de transição da propriedade individual para a propriedade acionária institucional do mundo das corporações. Em amplos setores da economia capitalista, a propriedade individual foi sobrepujada pelas estruturas de poder despersonalizadas, características do mundo das sociedades anônimas e das grandes corporações, o que não quer dizer que a presença das famílias tenha desaparecido do mundo dos negócios. A importância da posse pessoal de ações pelos indivíduos e famílias depende dos padrões institucionais de desenvolvimento capitalista e dos mecanismos de mobilização de capital que prevalecem na economia.²³ O presente estudo segue de modo aproximado a “convenção arbitrária” adotada por Wright, na operacionalização da diferenciação entre os proprietários de ativos

TABELA 2.2
Distribuição das posições e segmentos de classe
dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Frequência absoluta	(%)	Frequência absoluta	(%)
Capitalistas	315.164	0,5	233.483	0,7
Pequenos empregadores mais capitalizados	830.477	1,3	580.045	1,8
Pequenos empregadores menos capitalizados	1.504.784	2,4	1.040.746	4,0
Auto-empregados especialistas	430.991	0,7	271.961	0,8
Auto-empregados capitalizados	4.445.452	7,0	2.967.654	9,2
Auto-empregados descapitalizados	6.499.393	10,2	3.533.488	11,0
Auto-empregados agrícolas	8.641.020	13,5	4.361.868	13,5
Gerentes/supervisores credenciados	516.508	0,8	352.144	1,1
Gerentes/ supervisores não credenciados	1.642.768	2,6	1.088.618	3,4
Empregados especialistas	1.129.735	1,8	666.514	2,2
Trabalhadores qualificados	2.438.901	3,8	1.128.451	3,5
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	19.734.945	30,9	10.165.695	31,5
Trabalhadores não manuais de rotina	5.095.792	8,0	1.417.408	4,4
Trabalhadores não manuais mais graduados	1.202.890	1,9	607.109	1,9
Trabalhadores manuais agrícolas	4.476.973	7,0	2.575.838	8,0
Empregados domésticos	5.001.263	7,8	1.260.060	3,9
T O T A L	63.943.056	100,0	32.250.531	100,0

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

de capital, que recorre ao número de empregados. A PNAD não possibilita solução diferente. Trata-se, admite o autor, de um indicador fraco, pois não mensura nem expressa adequadamente a quantidade de capital possuída.²⁴ Foi utilizada na constituição da categoria, seguindo de perto a solução operacional original de Wright, a linha de demarcação de empreendimentos com 11 empregados ou mais.²⁵ Os detentores da posição de classe de "capitalistas" perfazem um contingente ínfimo de 0,5% a 0,7% das posições.²⁶ O resultado deve ser lido considerando as especificidades da estrutura social do país e o fato da PNAD "ampliar" as noções de trabalho e de emprego, que servem de base para a atribuição da posição de classe, inflando particularmente as categorias de auto-empregados sem empregados. Reflexo possivelmente de uma tendência de profissionalização na administração do negócio, apenas 6,7% dos capitalistas ocupam trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar. O comprometimento com o empreendimento se manifesta no fato de somente 8,8% dos capitalistas possuírem dois ou mais trabalhos.²⁷ Os capitalistas estão amplamente concentrados em setores não agrícolas (94,4%), sendo que 40,3% na indústria transformativa, 25,9% nos serviços distributivos e 11,3% em serviços produtivos (ver Tabela 2.3).

Ao incorporar à análise a problemática da distribuição setorial, cabe explicitar particularmente o conteúdo dos grandes setores de serviços, já que as classificações de indústria extrativa e indústria transformativa seguem o entendimento estabelecido.²⁸ Os setores de serviços são classificados de acordo com o destino da sua prestação e o seu caráter coletivo ou individual. Os serviços distributivos abarcam os processos de distribuição dos bens aos consumidores finais; os serviços produtivos dizem respeito ao fornecimento de serviços a outros produtores, sendo, por natureza, serviços intermediários e não de resultado final; os serviços sociais se dirigem mais às necessidades e demandas coletivas; por fim, os serviços pessoais, mais heterogêneos, possuem em comum a orientação ao consumidor individual.

TABELA 2.3 -
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo os grandes setores econômicos - Brasil, 1996

(Continua)

Posições e segmentos de classe	Indústria extrativa	Indústria transformativa	Serviços distributivos	Serviços produtivos	Serviços sociais	Serviços pessoais
Capitalistas	19.609 (6,2)	126.992 (40,3)	81.625 (25,9)	35.659 (11,3)	24.024 (7,6)	27.255 (8,6)
Peq. empregadores mais capitalizados	68.922 (8,3)	207.080 (24,9)	264.580 (31,8)	72.030 (8,7)	35.941 (4,3)	291.216 (19,4)
Peq. empregadores menos capitalizados	429.341 (28,5)	219.518 (15,3)	435.784 (29,0)	72.612 (4,8)	45.917 (3,1)	301.191 (20,0)
Auto-empregados especialistas	8.643 (0,2)	1.454 (0,3)	3.004 (0,7)	249.156 (57,8)	165.113 (38,3)	12.264 (2,8)
Auto-empregados capitalizados	37.309 (0,6)	522.490 (11,8)	2.052.242 (46,2)	272.971 (6,1)	93.627 (2,1)	1.495.479 (33,6)
Auto-empregados descapitalizados	7.508 (1,5)	2.951.800 (45,4)	1.883.504 (29,0)	92.251 (1,4)	128.132 (2,0)	1.406.397 (21,6)
Auto-empregados agrícolas (*)	8.628.157 (99,9)			12.863 (0,1)		
Gerentes/supervisores credenciados	7.508 (1,5)	103.219 (20,0)	68.745 (13,3)	111.555 (21,6)	205.230 (39,7)	20.251 (3,9)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

(*) Como na caracterização dos auto-empregados agrícolas considerou-se a "posição na ocupação" e a natureza da ocupação, mas não o setor do empreendimento, aparecem alguns casos em serviços produtivos.

NOTA: Percentagens entre parênteses.

TABELA 2.3 -
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo os grandes setores econômicos - Brasil, 1996

(Conclusão)

Posições e segmentos de classe	Indústria extrativa	Indústria transformativa	Serviços distributivos	Serviços produtivos	Serviços sociais	Serviços pessoais
Gerentes/supervisores não credenciados	145.294 (8,8)	444.951 (27,1)	409.183 (24,9)	153.847 (9,4)	358.377 (21,8)	131.116 (8,0)
Empregados especialistas	8.849 (0,8)	200.691 (17,8)	52.685 (4,7)	190.213 (16,8)	659.055 (58,3)	18.242 (1,6)
Trabalhadores qualificados	26.350 (1,1)	620.903 (25,5)	88.178 (3,6)	214.156 (8,8)	1.263.532 (51,8)	225.782 (9,3)
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	298.795 (1,5)	7.456.543 (37,8)	4.765.009 (24,1)	948.469 (4,8)	3.397.929 (17,2)	2.868.200 (14,5)
Trabalhadores não manuais de rotina	16.666 (0,3)	553.741 (10,9)	812.787 (16,0)	744.457 (19,0)	2.754.707 (54,1)	213.434 (4,2)
Trabalhadores não manuais mais graduados	5.243 (0,4)	164.852 (13,7)	203.464 (16,9)	453.872 (37,7)	356.461 (29,6)	18.998 (1,6)
Trabalhadores manuais agrícolas	4.326.255 (96,6)	88.716 (2,0)	13.863 (0,3)	11.014 (0,2)	29.052 (0,6)	8.073 (0,2)
Empregados domésticos	14.025.187 (21,9)	12.661.251 (19,8)	11.135.543 (17,4)	3.635.125 (5,7)	9.517.431 (14,9)	5.001.263 (100,0)
TOTAL						12.932.519 (20,2)

No tocante ao setor agrário, cabe observar também que as pesquisas domiciliares, como a PNAD, não permitem abordar a conformação da grande propriedade fundiária. O Censo Agropecuário de 1995/96 revela que, no Brasil, os estabelecimentos com mil hectares ou mais representam 1,0% do total, mas controlam 45,1% das terras.²⁹ Cálculos baseados em três medidas distintas de desigualdade mostram que, em vez de uma diminuição, houve mesmo um certo aumento da desigualdade da distribuição da posse da terra, nos vinte e cinco anos que separam os Censos Agropecuários de 1970 e 1995/96.³⁰ Os dados do último Censo revelam que, enquanto os 5,0% maiores estabelecimentos controlam 68,8% das terras, os 50,0% menores apropriam-se apenas de 2,3% das áreas.³¹ Os efetivos de grandes proprietários fundiários estão, na sua grande parte, diluídos dentro da categoria de capitalistas.³² A análise aqui conduzida, baseada nos dados da PNAD, limita-se ao padrão de distribuição das quantidades de áreas dos empreendimentos entre os denominados capitalistas. Leve-se em conta que, conforme os dados da PNAD de 1996, a posse de 90 ha ou mais implica no ingresso no topo dos 10,0% com mais áreas controladas. Dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mostram que as áreas médias e medianas dos estabelecimentos no país são, respectivamente, de 73,1 e de 10,1 hectares.³³ Nos empreendimentos do ramo agrícola, exclusive serviços auxiliares, 94,2% dos capitalistas são proprietários da terra. Entre os capitalistas agrícolas, 97,8% controlam mais de 50 hectares, sendo que 86,7% mais de 100 hectares e 49,7% acima de 500 hectares. Os dados levantados pela PNAD sobre as quantidades de áreas dos empreendimentos, cabe registrar, não parecem fornecer uma base sólida e representativa para abordar a análise do grau de concentração da terra entre as categorias de empreendimentos agrícolas.³⁴

Os capitalistas possuem um nível significativo de integração com os complexos agroindustriais a jusante. Entre os 95,2% que venderam parte da produção principal, 66,0% fizeram-no para empresas ou cooperativas (sobre o ramo agrícola, ver Tabelas 2.9, 2.10 e 2.11, ao final).³⁵ A dinâmica da agricultura, esclarece Graziano

da Silva, é comandada pelos complexos agroindustriais constituídos através da integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Grande parte das atividades agrícolas se integrou profundamente na matriz de relações interindustriais dos ramos e setores que compõem cada complexo agroindustrial. Além da existência de fluxos de transações significativos entre os diversos componentes, existe uma dinâmica articulada entre *indústria para a agricultura-agricultura-agroindústria*.³⁶

Os pequenos empregadores foram segmentados, recorrendo-se aos indicadores disponíveis da dimensão do capital investido no negócio. Os pequenos empregadores mais capitalizados representam uma pequena fração de 1,3 a 1,8% das posições. Possuem um nível mais ponderável de controle de ativos de capital, pois se compõem de empregadores não agrícolas que, concomitantemente, ocupam de 3 a 10 empregados e cujos locais de estabelecimento do empreendimento do trabalho consistem em loja, oficina, fábrica ou escritório.³⁷ Incluem-se entre os pequenos empregadores agrícolas mais capitalizados aqueles que contratam de 3 a 10 empregados permanentes.³⁸ Esse segmento se destaca pela presença elevada de sócios ocupados no trabalho (58,2%), o que se correlaciona com a maior capitalização do negócio e reflete, possivelmente, a agregação de outros membros da família ao empreendimento.³⁹ Essa situação de co-propriedade parece não afetar negativamente o nível de retirada de renda individual. Ao contribuir para a maior capitalização do negócio, a co-propriedade pode estar potencializando o fluxo de renda do empreendimento e mesmo colocando-o em um patamar superior à divisão da renda entre os sócios. Os pequenos empregadores mais capitalizados têm uma renda média 83,0% maior que a dos pequenos empregadores menos capitalizados, onde a incidência de sócios ocupados no trabalho é menor (37,3%).⁴⁰ Entre os pequenos empregadores mais capitalizados, apenas 7,9% têm dois ou mais trabalhos.⁴¹ De modo semelhante aos capitalistas, 92,2% estão em setores não agrícolas. Distribuem-se de maneira especial nos serviços distributivos (31,8%), na indústria transformativa (24,9%) e nos serviços pessoais (21,9%) (ver Tabela 2.3).

Nos empreendimentos do ramo agrícola, exclusive serviços auxiliares, 89,5% dos pequenos empregadores mais capitalizados são proprietários da terra. Em termos de distribuição da quantidade de áreas apropriadas, 82,1% controlam mais de 50 hectares — sendo que 54,4% controlam mais de 200 hectares — e 31,4% possuem mais de 500 hectares. De modo semelhante aos capitalistas, os pequenos empregadores mais capitalizados possuem um grau significativo de integração com os complexos agroindustriais a jusante, pois, entre os 86,6% que venderam parte da produção principal, 60,1% fizeram-no para empresas ou cooperativas. (Sobre o ramo agrícola, ver Tabelas 2.9, 2.10 e 2.11, ao final.)

Delimitação da pequena burguesia urbana e sua diferenciação das formas de trabalho precário entre os auto-empregados

Os pequenos empregadores menos capitalizados perfazem um contingente duplamente maior que os pequenos empregadores mais capitalizados, representando 2,4% dos indivíduos e 4,0% das pessoas de referência da família. Encarnam, no âmbito não agrícola, os micronegócios sem instalações específicas e que mobilizam forças de trabalho ínfimas. Incluem-se, nesse segmento, os empregadores que ocupam de 1 a 2 empregados e/ou cujo local estabelecido para o empreendimento do trabalho pode consistir no domicílio em que morava, em domicílio do sócio ou freguês, em local designado pelo cliente, em veículo automotor ou em via ou área pública. No setor agrícola, abarcam os empregadores com 1, 2 ou nenhum empregado permanente (neste caso, empregam apenas empregados temporários). Aqueles que possuem dois ou mais trabalhos formam apenas 8,3% dos casos.⁴² Em termos do corte setorial agrícola, 71,7%

dos casos estão posicionados em setores não agrícolas e 28,3% no setor agrícola.⁴³ Nos setores não agrícolas se destacam nos serviços distributivos (29,0%), os serviços pessoais (19,4%) e a indústria transformativa (15,3%). Nos empreendimentos do ramo agrícola, exclusive serviços auxiliares, 86,7% são proprietários da terra. Entre os empregadores agrícolas menos capitalizados, 61,2% controlam mais de 25 hectares, porém, 25,5% controlam menos de 10 hectares, sendo que 17,0% possuem apenas 5 hectares ou menos de terra. O grau de integração dos pequenos empregadores menos capitalizados com os complexos agroindustriais a jusante é restrito a 37,9% dos casos, entre os 86,6% que venderam parte da produção principal. (Sobre o ramo agrícola, ver Tabelas ao final.)

Representados na tipologia pela categoria diferenciada de auto-empregados especialistas, os profissionais liberais típicos conjugam a condição de auto-emprego com o controle de ativos de qualificação credenciada. Wright admite, ainda que com dúvidas, a possibilidade de diferenciar internamente a pequena-burguesia sob a base do montante de “ativos de capital humano possuídos”.⁴⁴ O critério segmentador de controle de ativos de qualificação, que dá origem à categoria diferenciada de auto-empregados especialistas, recebe aqui uma solução dicotômica implícita, pois os demais auto-empregados são considerados não-especialistas. Formam na tipologia 0,7% dos indivíduos e 0,9% das pessoas de referência da família, não chegando, portanto, a atingir 1,0% da distribuição, apesar dos empregadores com apenas um empregado e especialistas por ocupação (advogado, médico etc.) terem sido considerados auto-empregados especialistas. A propriedade de ativos de qualificação foi considerada, nesses casos, o nexo de classe principal em relação à condição de empregador de um único trabalhador auxiliar (atendente, secretária etc.). Entre esses, 21,0% possuem dois ou mais trabalhos em que são empregados (76,3%), empregadores (10,6%) ou contápróprias (8,4%). Estão altamente concentrados em apenas dois setores de atividade econômica: 57,8% em serviços produtivos e 38,3% em serviços sociais.

Os auto-empregados capitalizados não agrícolas possuem certo nível de controle sobre um “capital físico” materializado em instalações e equipamentos.⁴⁵ Representam um contingente ponderável, pois perfazem de 7,0% a 9,2% das posições e segmentos de classe. São integrados por aqueles cujo local de estabelecimento do empreendimento do trabalho consiste em loja, oficina, fábrica e escritório (87,0%) ou em veículo automotor (13,0%). O fato do empreendimento possuir “estabelecimento”, seja próprio ou alugado de terceiro, além de traduzir um nível de capital investido no negócio, tem implicações mais favoráveis sobre o exercício da atividade econômica no espaço urbano. A posse de veículo automotor — inerente à atividade de taxistas, “fretistas”, “perueiros” e caminhoneiros — implica também em uma disponibilidade de suficiente capital para constituir o negócio e trabalhar para si. A imensa maioria (95,5%) tem nesse empreendimento o seu único trabalho. As atividades dos auto-empregados capitalizados se concentram basicamente em dois grandes setores: 46,2% em serviços distributivos e 33,6% em serviços pessoais.

Atingido o ponto atual da incursão descritiva e analítica pode-se então delimitar, de modo mais apropriado, o universo da denominada pequena burguesia urbana. Segundo a posição de classe dos indivíduos, os contornos da pequena burguesia urbana abarcariam os pequenos empregadores urbanos menos capitalizados (1,2%), os auto-empregados não agrícolas capitalizados (7,0%) e os auto-empregados especialistas (0,7%). A dominância do pólo pequeno-burguês desses microempregadores autoriza a sua combinação em uma posição de classe mais genérica de pequena burguesia.⁴⁶

Os auto-empregados descapitalizados formam o terceiro grande agrupamento da tipologia segmentada, perfazendo 10,2% dos indivíduos e 11,0% das pessoas de referência da família. Incluem-se nesse segmento aqueles auto-empregados cujo local de estabelecimento do empreendimento do trabalho consiste no domicílio em que morava, em domicílio do sócio ou freguês, em local designado pelo cliente ou em via ou área pública. A grande maioria não chega

propriamente a controlar ativos de capital e se limita a contar com o uso da própria capacidade de trabalho. Em poucos casos (6,0%), considerando a natureza da ocupação, a força de trabalho incorpora recursos de qualificação. Nessas condições, o auto-emprego representa uma forma de trabalho precário antes de ser uma manifestação da disponibilidade de recursos para “trabalhar para si”. A imensa maioria (95,5%) tem nessa atividade o seu único trabalho e não possui sócios no negócio (93,0%). Menos de 9,0% ocupa trabalhadores não remunerados, membros do domicílio, contra quase 17,0% dos auto-empregados capitalizados, o que revela que a sua atividade depende quase que exclusivamente do esforço individual. A natureza e a dimensão do empreendimento parecem deprimir a capacidade de agregar mão-de-obra não remunerada familiar. A sobrevivência econômica se baseia na reprodução constante do esforço de trabalho, pois apenas 5,7% desses possuem outras fontes de renda não oriundas do trabalho. O domicílio corresponde ao local de estabelecimento do empreendimento de 39,0%, enquanto 35,7% trabalham em local designado pelo freguês e 17,5% em área ou via pública. A maior incidência na distribuição setorial (45,4%) vem das atividades de indústria transformativa. Entre os engajados nessas atividades, totalizando 84,8% dos casos, 44,0% são pedreiros, 24,4% costureiras, 7,5% pintores, 4,5% bordadeiras e 4,4% marceneiros ou carpinteiros.⁴⁷ Nos serviços distributivos, onde se agrupam 29,0% desse segmento, 63,0% são ambulantes, 21,0% possuem micro-comércios domiciliares e 7,0% são feirantes. Nos serviços pessoais, que abarcam 21,6% das situações, os principais grupos ocupacionais são de serviços diversos (15,3%), passadeiras (12,9%), manicures (10,8%), eletricitas, eletrotécnicos e similares (9,6%) e cabeleireiros (7,3%). No conjunto do segmento, sem considerar a divisão em setores econômicos, 62,1% dos casos estão compreendidos em cinco agrupamentos ocupacionais: pedreiros (20,0%), ambulantes diversos (18,2%), costureiras (11,1%), micronegócios domiciliares (9,4%) e pintores (3,4%).

Produtores camponeses inseridos no mercado e trabalhadores excluídos no mundo rural

Os auto-empregados agrícolas, formando o segundo segmento mais importante da tipologia, expressam o universo dos produtores camponeses e dos trabalhadores excluídos na esfera do mundo rural. Representam 13,5% dos indivíduos ou pessoas de referência da família e quase 40,0% do conjunto dos auto-empregados. Compõem-se de 49,0% de conta-próprias, 33,5% de trabalhadores na produção para o próprio consumo e 17,4% de trabalhadores não remunerados, a que foram atribuídas posições de classe derivadas da pessoa de referência do domicílio.

Os trabalhadores na produção para o próprio consumo formam um contingente de pessoas que subsistem no horizonte e no limite do autoconsumo, à margem da produção mercantil. Como as atividades produtivas desses trabalhadores não geram nenhuma "sobra" passível de ser convertida em renda, não possuem renda do trabalho. Além disso, apenas 3,6% auferem rendimentos não oriundos do trabalho.⁴⁸ A imensa maioria não tem renda do trabalho nem renda de espécie alguma. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo estão na fronteira mais avançada da exclusão social que impera no mundo rural.

No tocante aos conta-próprias agrícolas — cuja ampla maioria (94,6%) faz dessa atividade o seu único trabalho —, importantes fatores caracterizadores e diferenciadores devem ser considerados. Quanto às formas de acesso à terra, 60,3% são proprietários de terra, 13,9% cessionários, 12,2% parceiros e 8,6% arrendatários. Os posseiros são apenas 3,4%. A propriedade da terra se distingue de outras formas de acesso precário a esse meio de produção fundamental. Além disso, parceiros e arrendatários sofrem punções sobre a sua renda por parte do proprietário da terra. Posseiros vêem-se compelidos, muitas vezes, a labutarem em terras de menor produtividade e/ou mais distantes dos mercados. Em contraste com o

conjunto dos empregadores, 80,4% dos conta-próprias controlam 25 hectares ou menos de terra, sendo que 52,3% apropriam-se de 5 hectares ou menos e 33,2% de apenas 1 hectare ou menos. Mesmo entre os proprietários, que possuem uma situação menos desfavorável, 39,9% controlam um máximo de 5 ha, porém apenas 11,6% controlam 1 ha ou menos. A figura do cessionário corresponde ao conta-própria que trabalha em terra cedida por terceiros. Supõe-se, nesse caso, o amplo predomínio da cessão de terra por outro familiar, como o pai que cede uma área ao filho casado etc. Entre os cessionários, 74,3% trabalham numa área de até 5 ha de terra, sendo que 38,1% em 1 ha ou menos. Entre os parceiros, o contingente com acesso a até 5 ha corresponde a 67,0% e aquele com 1 ha ou menos representa 25,2%. Além disso, 50,0% do total dos parceiros se submetem ao sistema de "meia", forma das mais extorsivas de parceria, enquanto 21,0% devem realizar a entrega da "terça" parte da produção e os demais contratam modalidades mais brandas de parceria. Entre os arrendatários, por sua vez, 80,2% controlam até 5 ha, sendo que 40,2% arrendam 1 ha ou menos. À semelhança dos parceiros, a grande maioria se submete à extração da "renda-produto", já que predomina amplamente entre os arrendatários o pagamento "somente em produtos" (74,2%), sendo minoritário o pagamento "somente em dinheiro" (19,7%) e muito reduzida a contrapartida realizada "somente em serviço" (2,5%) e mista (3,6%). O arrendamento se caracteriza pelo pagamento de uma quantia fixa ao proprietário da terra, em dinheiro ou produtos, enquanto na parceria está implícita a partilha dos riscos e dos frutos, porém, em termos das relações econômico-sociais reais, "o pequeno arrendamento e a parceria têm muito mais elementos comuns do que elementos distintivos".⁴⁹ A integração do conjunto dos conta-próprias com os complexos agroindustriais a jusante se limita a 22,3% dos casos, em que venderam a sua produção para empresas ou cooperativas, entre os 77,4% que venderam parte da produção principal. A grande maioria comercializa a produção com intermediários particulares (58,7%) e mesmo com o próprio consumidor direto (17,7%). (Ver Tabelas 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12, ao final.) Graziano da Silva alerta que a agricultura

brasileira de hoje, em sua estrutura complexa, heterogênea e multi-determinada, só pode ser entendida considerando os Complexos Agroindustriais (CAIs) que a perpassam e segmentam. O fim de século indicaria uma agropecuária segmentada em produtores integrados ou não integrados aos CAIs. Os produtores não integrados — sejam grandes ou pequenos, em termos de áreas controladas — estariam circunscritos a atividades produtivas mais marginais. De modo especial, os produtores pequenos e localizados nas regiões Norte e Nordeste estariam condenados à produção para autoconsumo, ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais.⁵⁰

Os contornos de uma categoria ampliada de produtores camponeses inseridos na esfera da produção mercantil e que percebem rendas do trabalho, visando delimitar a pequena burguesia rural, estariam delimitados pelos conta-próprias e seus dependentes ativos mais os pequenos empregadores agrícolas menos capitalizados.⁵¹ Esse conjunto forma em torno de 9,7% das posições de classe dos indivíduos, constituídas na tipologia segmentada.

As posições de classe média assalariada

As posições de classe média assalariada estão tipificadas especialmente nas posições de especialistas, gerentes/supervisores credenciados e, de forma mais imperfeita e restrita, em decorrência da sua heterogeneidade, em parte majoritária da categoria de gerentes/supervisores não credenciados.

Os gerentes correspondem às posições que estão diretamente envolvidas na tomada de decisões de política no local de trabalho e que possuem autoridade efetiva sobre subordinados, enquanto os supervisores representam posições que possuem autoridade efetiva sobre subordinados, mas não estão envolvidos em tomadas de

decisão na organização.⁵² Os gerentes se engajam em práticas de dominação e detêm uma posição estratégica na organização da produção. Em função disso, ocupam uma *localização privilegiada de apropriação* dentro das relações de exploração, estando em uma espécie de posição de confluência das relações de dominação e de exploração.⁵³

A categoria híbrida de gerentes/supervisores sofre uma dicotomização em termos de posse de ativos de qualificação.⁵⁴ Pretendeu-se com essa estratégia reintroduzir, em certa medida, a diferenciação entre gerentes e supervisores, o que a PNAD não permitiu realizar, na expectativa de que a maioria dos gerentes seriam comparativamente mais credenciados, em relação aos supervisores. Os empregados gerentes/supervisores credenciados compreendem os gerentes ou supervisores por título ou grupo ocupacional e portadores de curso superior completo, enquanto os gerentes/supervisores não credenciados abarcam todos os que possuem 14 anos ou menos de estudo. Todos os gerentes/supervisores representam 3,4% dos indivíduos e 4,5% das pessoas de referência da família, sendo que apenas 0,8% e 1,1%, respectivamente, são gerentes/supervisores credenciados. Trata-se de um contingente relativamente restrito. A PNAD registra a ocupação real do indivíduo, fazendo certo nível de distinção da posição na hierarquia organizacional, mas não afere e mensura o tipo e grau de autoridade exercida. Considerando-se o critério ocupacional formal, não parece subestimar o contingente de gerentes e supervisores.⁵⁵ Esses resultados não são comparáveis com os levantamentos realizados no âmbito do projeto coordenado por Erik Wright. Dados relativos a seis importantes países desenvolvidos mostram que o conjunto gerente/supervisor compõe um mínimo de 20,6% na Suécia e um máximo de 28,6% nos Estados Unidos.⁵⁶ A solução operacional permitida pela PNAD, que se baseia no título ou grupo ocupacional, equivale ao critério de posição de autoridade na hierarquia formal da empresa. O trabalho de Wright considera diversos indicadores de exercício de poder decisório e de autoridade sobre subordinados que não se limitam à denominação ocupacional formal. Entretanto, a grande discrepância entre tais resultados

e aqueles obtidos para o Brasil decorre não tanto de divergências operacionais, mas de diferenças reais entre as estruturas de classe. A restrição do peso relativo do agrupamento gerente/supervisor guarda relação com a dimensão muito elevada da posição de auto-empregados no Brasil, que naturalmente restringe o peso relativo dos segmentos de assalariados, e do papel nos países desenvolvidos das grandes empresas e das estruturas vinculadas ao Estado, que reproduzem com mais força as hierarquias gerenciais.

Entre os gerentes/supervisores credenciados, 99,0% dos indivíduos estão em setores não agrícolas, contra 91,3% dos não credenciados. A maioria dos credenciados se distribui nos serviços pessoais (39,7%), nos serviços produtivos (21,6%) e na indústria transformativa (20,0%). Já entre os não credenciados, predominam a indústria transformativa (27,0%), os serviços distributivos (24,9%) e os serviços pessoais (21,8%). Em torno de 76,7% das posições de gerência/supervisão não credenciadas estão no setor privado, enquanto as credenciadas se encontram em proporção menor no mesmo, mas permanecem ainda assim majoritárias (56,9%). No setor privado, 87,6% dos gerentes/supervisores credenciados se concentram em empreendimentos que ocupam 11 pessoas ou mais, contra 76,3% dos não credenciados. Existem 12,4% de não credenciados em empreendimentos com até cinco pessoas ocupadas, mas apenas 7,0% de credenciados.⁵⁷ Entre os gerentes/supervisores credenciados que estão no setor de emprego público, perto da maioria absoluta se concentra na área estadual (48,2%), vindo em segundo lugar a área federal, com 31,2% dos casos. Já entre os gerentes/supervisores não credenciados se configura um quadro bem diferente, pois a maioria (41,1%) se localiza na área municipal e 38,7% na área estadual. (Ver Tabela 2.3, já mostrada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.)

Uma pequena fração (7,9%) dos gerentes/supervisores credenciados possui dois ou mais trabalhos, em que são também empregados (56,9%) ou conta-próprias (32,6%). Já a incidência de dois ou mais trabalhos entre os não credenciados é bem menor (3,7%). O nível educacional dos gerentes/supervisores não credenciados, expressos em anos de estudo, indica a heterogeneidade da categoria:

53,0% possuem de 9 a 14 anos de estudo e 47,0% detêm 8 anos ou menos, sendo que 23,0% têm até 4 anos de estudo. A renda média da categoria é superior, porém, relativamente próxima à dos trabalhadores não manuais mais graduados e dos trabalhadores qualificados.⁵⁸

Os empregados especialistas compreendem os especialistas por título ou grupo ocupacional, notadamente os titulares de profissões credenciadas e detentores de conhecimentos ou qualificações escassas acerca dos sistemas peritos.⁵⁹ Entende-se por sistemas peritos os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e sociais.⁶⁰ Os grupos profissionais criam e propõem corpos particulares de conhecimento, que jogam papéis importantes na moldagem das situações humanas.⁶¹ Qualificação e perícia designam um ativo incorporado à força de trabalho, que aumenta o seu poder nos mercados e nos processos de trabalho. Muitas vezes essa força "incrementada" é certificada sob a forma de credenciais, mas em algumas circunstâncias, qualificação e perícia podem funcionar sem essa certificação.⁶² Os empregados especialistas conformam 1,8% dos indivíduos e 1,9% das pessoas de referência da família. Ao considerar o seu perfil ocupacional interno, constata-se que 68,0% dos integrantes são, conforme a sua ordem quantitativa de importância, médicos, engenheiros, auditores ou contadores, especialistas em educação, professores de ensino superior, especialistas em computação e advogados. Entre esses, 17,3% se engajam em dois ou mais trabalhos, onde se apresentam também como empregados (61,5%), conta-próprias (26,6%) ou empregadores (10,2%). A imensa maioria dos quadros especialistas (99,0%) está engajada em empresas de setores não agrícolas, notadamente serviços sociais (58,3%), indústria transformativa (17,8%) e serviços produtivos (16,8%). A maioria absoluta se localiza no setor público (50,9%), com o setor privado, no entanto, em posição bem próxima (49,1%).⁶³ No âmbito do setor privado, 80,2% se mantêm em empreendimentos com 11 ou mais ocupados. No setor de emprego público, os empregados especialistas estão distribuídos particularmente na área estadual (48,5%) e federal (31,6%). (Ver Tabela 2.3, já exposta, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.)

A classe trabalhadora "ampliada" e a segmentação ocupacional dos trabalhadores

Wright delimita, na denominada tipologia desenvolvida de localizações de classe, uma classe trabalhadora "ampliada", abarcando os trabalhadores qualificados, os supervisores não qualificados e os trabalhadores despossuídos de ativos de qualificação e que não exercem autoridade.⁶⁴ Como os grupos ocupacionais da PNAD nem sempre diferenciam alta e média gerência das posições de primeira linha de supervisão, o que impôs a necessidade de reunir gerentes e supervisores em um mesmo agrupamento, foi perdida a possibilidade de destacar, em separado, a posição de supervisores.⁶⁵

Os trabalhadores qualificados somam 3,8% dos indivíduos e 3,7% das pessoas de referência da família. A noção de qualificação (*skill*), presente na categoria intermediária de trabalhador qualificado, se vincula à idéia mais geral de força de trabalho potencializada ou complexa, distinta da capacidade de trabalho simples ou não desenvolvida.⁶⁶ No mapa de posições e segmentos de classe, os trabalhadores qualificados compõem-se de empregados qualificados caracterizados conforme os grupos ocupacionais, notadamente trabalhadores de "ofício", professores de 1º e 2º graus, técnicos e detentores de nível médio, intermediário ou semiprofissional, de conhecimentos ou qualificações escassas acerca dos sistemas peritos.⁶⁷ Entre esses, 11,4% se engajam em dois ou mais trabalhos, onde são também empregados (72,0%) ou conta-próprias (22,1%). Assim como os empregados especialistas, mais de 99,0% estão em setores não agrícolas, sendo que 77,3% dos casos estão em apenas dois setores: 51,8% em serviços sociais e 25,5% na indústria transformativa. O setor privado abarca 56,8% das posições, estando 71,7% em empreendimentos com 11 ocupados ou mais, e o setor público, com presença expressiva, equivale a 43,2% dos casos. No setor de emprego público, se projeta sobremaneira o papel da área estadual (64,0%), seguida, a grande distância, pela área municipal (23,4%).

Localizam-se entre os trabalhadores qualificados cinquenta e cinco grupos ocupacionais, com destaque para os professores de 5ª a 8ª séries (14,4%), professores de 2º grau (10,8%), mecânicos ou técnicos de manutenção de máquinas e equipamentos (8,2%) e eletricitas, mestres ou técnicos eletricitas de manutenção de máquinas (6,3%). (Ver Tabela 2.3, já mostrada, e 2.8 e 2.9, ao final.)

A classe trabalhadora "pura", na acepção neomarxista de Erik Wright, consiste de empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não-gerentes e não qualificados. Na tipologia "restrita" apresentada na Tabela 2.1, que tem uma abrangência maior, os trabalhadores "puros", sem considerar os empregados domésticos, perfazem 48,6% dos indivíduos e 45,5% das pessoas de referência da família. Os trabalhadores proletarizados foram diferenciados em quatro segmentos, considerando as divisões de trabalho agrícola/não agrícola, manual/não manual e as condições de emprego típicas de determinados grupos ocupacionais.⁶⁸ A imensa maioria de todos esses segmentos — entre 95,0% e 97,3% — exerce apenas um trabalho.

Os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços foram agrupados em uma única categoria, levando em consideração, como condicionamento comum, a natureza manual do trabalho. Representam 68,8% da classe trabalhadora "pura" e 31,5% das posições constituídas das pessoas de referência da família. Distribuem-se particularmente na indústria transformativa (37,7%), nos serviços distributivos (24,1%) e nos serviços sociais (17,2%). O setor privado arregimenta a grande maioria (84,3%). No setor de emprego público encontram-se, notadamente, na área municipal (46,2%) e estadual (35,7%). Reflexo da destruição dos empregos industriais que se processa no país, as indústrias extrativas e transformativas absorvem 39,3% dos trabalhadores manuais e não controlam a maioria absoluta da categoria, ainda que se considere apenas o setor privado, onde somam 45,5%. Os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços apresentam a menor incidência de emprego em estabelecimentos com 11 ou mais ocupados (57,0%) e parcela importante (28,4%) se localiza em empreendimentos com apenas até 5 ocupados.

Os trabalhadores manuais agrícolas somam 17,4% do conjunto da classe trabalhadora “pura” e 8,0% do total de posições das pessoas de referência da família.⁶⁹ A categoria contempla uma diferenciação ocupacional dentro do corte setorial agrícola, pois agrega as *ocupações manuais* existentes dentro desse setor de atividade econômica, já que exclui os gerentes, supervisores, técnicos e trabalhadores não manuais existentes no âmbito das atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, caça, pesca ou piscicultura. Os empregados permanentes formam uma maioria de 59,3% e os temporários correspondem a 40,7%.

Entre os trabalhadores, foram consideradas ocupações não manuais de rotina aquelas em que o trabalho é de natureza relativamente elementar ou — ainda quando não envolvam apenas trabalho rotineiro e elementar — que requerem uma formação educacional não escassa, dada a expansão da instrução escolar entre parcelas da força de trabalho disponível.⁷⁰ Esse segmento abarca as ocupações administrativas de rotina, as ocupações que requerem habilidades cujo desenvolvimento não exige treinamento especial e os professores “menos graduados”, situados na base do sistema educacional nacional. Essas posições são ocupadas por 4,4% das pessoas de referência da família (mas 8,0% dos indivíduos) e formam 9,5% da classe trabalhadora. O setor de serviços sociais forma o terreno privilegiado do segmento (54,1% dos casos), secundado mais a distância pelos serviços distributivos (15,9%) e serviços produtivos (14,7%). O setor privado registra a maior incidência de posições (59,5%), com o setor público atingindo 40,5%. No setor privado, 62,1% estão em empreendimentos com 11 ocupados ou mais. Proporção idêntica se distribui em empreendimentos entre três e cinco e entre seis e dez ocupados (15,6%). Apenas 6,6% correspondem ao único empregado do empreendimento com dois ocupados. Os trabalhadores não manuais de rotina no setor de emprego público se concentram na área municipal (44,7%) e estadual (41,9%). (Ver Tabela 2.3, já apresentada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.) Apesar da dimensão do segmento e da diversidade de grupos ocupacionais nele encontrados, sete grupos ocupacionais perfazem 75,4% dos casos:

29,6% são agentes de escritório, 16,4% professores primários ou recreadoras, 10,6% atendentes diversos, 9,1% secretárias, 6,2% caixas no comércio, 4,5% escriturários diversos e 3,6% professores de jardim de infância ou maternal. A inclusão de professores primários ou recreadoras e de professores de jardim de infância ou maternal entre os trabalhadores não manuais de rotina, pode suscitar contestações, apesar dos baixos salários médios do segmento (em 1996 os salários-hora de todos os trabalhos eram, respectivamente, de 2,90 e 2,72 reais, contra 5,33 reais dos trabalhadores não manuais mais graduados). A decisão tomada procurou se ater à apreensão de mecanismos reais operantes no mercado de trabalho e considerou que a qualificação educacional desses grupos, maior que a média, não gera um maior poder de mercado. No contexto atual, representam ocupações que demandam uma formação educacional não escassa, dada a expansão da instrução escolar entre parcelas ponderáveis da força de trabalho disponível para o setor educacional. Além disso, o peso locacional, particularmente da área municipal do setor público, representa um condicionamento que rebaixa o potencial ocupacional. Por fim, ao contrário dos trabalhadores não manuais mais graduados, os professores “menos graduados” não exercem funções de confiança delegadas pelo empregador ou percebem gratificações típicas da ocupação que respondem por ponderáveis incrementos de rendimentos. A categoria está mais sujeita à proletarização devido ao nível mais baixo de requisitos de formação, em particular nas regiões interioranas do país, à composição de gênero quase totalmente feminina e à depreciação do exercício profissional exclusivamente pedagógico, sem conexão com algum campo consagrado de conhecimento.⁷¹

As condições de emprego diferenciadoras dos trabalhadores não manuais “mais graduados” foram concebidas em termos de formação ou qualificação profissional, exercício de funções de confiança delegadas pelo empregador, percepção de gratificações de função ou desempenho típicas da ocupação e a incidência de condicionamentos institucionais vinculados ao emprego público. Os trabalhadores não manuais mais graduados totalizam, igualmente,

1,9% dos indivíduos e pessoas de referência da família e 4,2% do contingente geral da classe trabalhadora. Localizam-se particularmente nos serviços produtivos (37,2%), nos serviços pessoais (30,0%) e nos serviços distributivos (16,9%). A distribuição das posições entre os setores privado e público reproduz, quase literalmente, a situação encontrada entre os trabalhadores não manuais de rotina, com 59,6% das posições no setor privado e 40,4% no setor público. No setor privado, 75,7% se engajam em empreendimentos com 11 ocupados ou mais, ao passo que proporção quase igual está em empreendimentos que comportam entre três e cinco (10,5%) e entre seis e dez ocupados (10,7%). No interior do setor de emprego público, 47,1% dos trabalhadores não manuais mais graduados estão na área estadual, 36,1% se mantêm na área federal, sendo bem reduzida a contribuição municipal. (Ver Tabela 2.3, já apresentada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.) Três grupos ocupacionais contabilizam 60,8% dos casos: os agentes, assistentes e oficiais (administrativos ou não) no setor público representam 24,3%, os tesoureiros 19,0% e os agentes, inspetores ou técnicos de vendas 17,5%.

A especificação da posição de empregados domésticos na tipologia leva em conta o peso, a composição social e a natureza da posição dos empregados domésticos na divisão social do trabalho em países como o Brasil. Considerou-se adequado resguardar a especificidade do trabalho de produção de valores de uso para o âmbito domiciliar. Os códigos oficiais consideram como empregados domésticos aqueles que realizam prestação de trabalho de natureza contínua e onerosa à pessoa física ou à família, cujas atividades são exercidas para o âmbito residencial do empregador, não caracterizam a geração de lucro para terceiros e estão marcadas por uma relação de uma subordinação jurídica à figura do empregador. Na doutrina e na jurisprudência nacional há uma grande controvérsia sobre a natureza jurídica da situação dos diaristas. Aqueles que advogam a sua condição de trabalhadores autônomos realçam a inexistência de subordinação jurídica ao empregador e a natureza descontínua do trabalho.⁷² Em termos operacionais, a categoria abarca aqueles que são empregados domésticos por posição na ocupação e título ou grupo ocupacional. Os empregados domésticos

perfazem 7,8% das posições dos indivíduos e 3,9% das pessoas de referência da família na tipologia segmentada. Já na tipologia “restrita”, estampada na Tabela 2.1, que considera a posição na semana de referência e no ano, estando os respondentes desempregados ou inativos na semana de referência, os empregados domésticos chegam a corresponder a 8,6% dos indivíduos e 4,3% das pessoas de referência da família. Os trabalhadores que prestam serviços domésticos em apenas um domicílio são 82,7% e em mais de um domicílio 17,3%. O trabalho em mais de um domicílio pode ser tomado como indicador da condição de diarista. Os empregados domésticos representam o agrupamento em que é mais elevada a incidência de trabalho único (97,7%). Em termos de direitos trabalhistas e proteção social, eles se destacam dentre os empregados, pela ausência de carteira assinada (77,8%) e inexistência de contribuição para instituto de previdência pública (77,2%).

A distribuição das posições de classe nas grandes regiões geográficas

O desenvolvimento capitalista é atravessado por processos contraditórios que afetam a sua articulação com o espaço. Surgem padrões socioespaciais de estratificação econômica e geográfica, em função da forma desequilibrada do processo de crescimento capitalista. A estruturação da força de trabalho e as divisões no mercado de trabalho afetam e são afetadas pelas distinções socioespaciais. O espaço é um produto das estruturas e processos fundamentais da sociedade e as próprias relações sociais estão imersas na dimensão espacial. As relações espaciais são intrínsecas a todos os aspectos da organização social. O espaço constitui uma presença multifacetada na estrutura social. As relações espaciais e sociais estabelecem entre si uma ação recíproca entre efeito e produto.⁷³

O desenvolvimento econômico se diferencia espacialmente e formam-se diferentes padrões e seqüências de desenvolvimento. A aceleração do desenvolvimento industrial no Brasil forjou uma disparidade crescente no agrupamento das atividades econômicas e nos níveis de renda entre as regiões. O ano de 1970 é o ponto máximo da concentração especificamente industrial, quando São Paulo controla 58,0% da indústria de transformação, e o período de 1970-1985 representa o momento principal da desconcentração regional industrial. De 1985 a 1995 assiste-se a uma inflexão do processo e existem indicadores do início de uma "suave" reconcentração industrial a partir da intensificação da abertura comercial.⁷⁴ Diniz e Grocco alertam que a nova configuração regional da indústria não pode ser compreendida apenas através do recorte estadual. Dados desagregados de aglomerações industriais relevantes apontam um processo de reconcentração geográfica da indústria, na região que vai do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul. Novas áreas industriais relevantes, em cidades de porte médio, vêm emergindo nesse território.⁷⁵ No tocante ao conjunto da renda nacional, estimativas diferentes situam o ponto máximo dos desequilíbrios regionais em 1939 ou 1953. Instala-se, a partir daí, uma tendência declinante, mas com um comportamento sinuoso de avanços e retrocessos. No período mais recente há uma convergência de rendas regionais entre 1985 e 1990 e um processo de divergência nos anos seguintes. Esta direção divergente das rendas regionais se deu apesar da descentralização relativa da indústria dinâmica, pois o crescimento do produto gerado foi mais intenso nas regiões mais industrializadas. Ocorreu um processo de desconcentração urbana da indústria através do deslocamento do emprego industrial para o interior dos estados e um concomitante crescimento acentuado das ocupações de serviços nas regiões metropolitanas.⁷⁶

Os desequilíbrios entre as regiões e as especificidades espaciais, que envolvem o controle de recursos produtivos, os fluxos de renda e os padrões de relações sociais, interagem com a estrutura de posições e segmentos de classe. O Sudeste e o Nordeste respondem por 88,5% das posições existentes na tipologia, com o primeiro agregando 61,8% e o segundo 26,7%, conforme pode ser visto na

Tabela 2.4. As distribuições da PEA e dos ocupados apresentam resultado semelhante, mas a da população favorece particularmente o Nordeste, que atinge 29,6%. Ainda assim, o Sudeste abarca 58,8% das pessoas.

Concentram-se no Sudeste, em proporção bem superior ao seu peso (já elevado), na distribuição das posições de classe, os proprietários de ativos (de capital e de qualificação) e ocupantes de posições privilegiadas. Entre os capitalistas, 76,7% estão no Sudeste, com ênfase na indústria transformativa (84,6%) e nos serviços produtivos (79,0%). Além disso, 70,9% dos pequenos empregadores mais capitalizados estão na região, com destaque igualmente para a indústria transformativa (77,7%) e serviços produtivos (74,0%).

Entre os profissionais liberais típicos, o segmento mais privilegiado dentro dos auto-empregados, 78,3% se localizam no Sudeste. Essa hegemonia incontestada se expressa, da mesma forma, entre as posições de classe média assalariada, pois a região abarca 74,7% dos gerentes/supervisores credenciados, sobressaindo-se a contribuição regional desses postos na indústria transformativa (86,8%) e serviços produtivos (82,4%). Os empregados especialistas no Sudeste representam 72,7% do total, realçando-se, entre os setores com maior densidade, a indústria transformativa (84,2%) e os serviços produtivos (78,6%). Merece destaque, igualmente, o fato de 70,4% de trabalhadores qualificados estarem presentes nessa região, de modo especial na indústria transformativa (81,9%) e nos serviços pessoais (74,9%).

O Nordeste é a grande região dos auto-empregados agrícolas, tanto em termos absolutos quanto principalmente relativos, já que concentra 50,0% dos casos, o que corresponde quase ao dobro da sua contribuição para a constituição das posições de classe, que é de 26,7%. Ainda que esteja no Sudeste a maioria dos trabalhadores agrícolas (52,6%), o Nordeste engloba um contingente de 35,5%, bem superior ao seu peso no conjunto da estrutura de posições. Merece também realce a presença no Nordeste dos auto-empregados urbanos menos capitalizados, de 30,4%, com ênfase para os serviços distributivos, onde são 39,2%.

TABELA 2.4
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo as grandes regiões geográficas - Brasil, 1996

(Continua)

Posições e segmentos de classe	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
Capitalistas	5.400 (1,7)	16.548 (5,3)	241.804 (76,7)	51.412 (16,3)
Pequenos empregadores mais capitalizados	58.417 (3,4)	126.425 (9,0)	980.989 (70,9)	338.953 (16,7)
Pequenos empregadores menos capitalizados	27.828 (3,9)	74.983 (8,4)	588.962 (65,2)	138.704 (22,5)
Auto-empregados especialistas	7.213 (1,7)	31.760 (7,4)	337.416 (78,3)	54.602 (12,7)
Auto-empregados capitalizados	186.933 (4,2)	328.317 (7,4)	2.964.845 (64,4)	1.065.357 (24,0)
Auto-empregados descapitalizados	364.045 (5,6)	431.357 (6,6)	3.731.004 (57,4)	1.972.987 (30,4)
Auto-empregados agrícolas	184.832 (2,1)	610.090 (7,1)	3.527.610 (40,8)	4.318.488 (50,0)
Gerentes/supervisores credenciados	12.871 (2,5)	37.123 (7,2)	385.876 (74,7)	80.638 (15,6)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses

TABELA 2.4
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo as grandes regiões geográficas - Brasil, 1996

(Conclusão)

Posições e segmentos de classe	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
Gerentes/supervisores não credenciados	65.030 (4,0)	155.817 (9,5)	1.126.758 (68,6)	295.163 (18,0)
Empregados especialistas	100.351 (3,8)	82.033 (7,3)	821.842 (72,7)	182.893 (16,2)
Trabalhadores qualificados	100.351 (4,1)	184.789 (7,6)	1.717.763 (70,4)	435.998 (17,9)
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	762.538 (3,9)	1.437.271 (7,3)	13.500.926 (68,4)	4.034.210 (20,4)
Trabalhadores não manuais de rotina	232.817 (4,6)	394.604 (7,7)	3.305.882 (64,9)	1.162.489 (22,8)
Trabalhadores não manuais mais graduados	62.239 (5,2)	105.360 (8,8)	798.091 (66,3)	237.110 (19,7)
Trabalhadores manuais agrícolas	61.014 (1,4)	468.064 (10,5)	2.356.343 (52,6)	1.591.552 (35,5)
Empregados domésticos	189.575 (3,8)	473.073 (9,5)	3.222.233 (64,4)	1.116.382 (22,3)
TOTAL	2.364.160 (3,7)	4.957.614 (7,8)	39.508.344 (61,8)	17.076.938 (26,7)

Na região Centro-Oeste estão apenas 7,8% das posições de classe, sendo semelhante a sua participação na população (7,5%) e na PEA (7,7%). Merecem registros os contingentes relativos de trabalhadores manuais agrícolas (10,5%), de gerentes/supervisores não credenciados (9,5%) e empregados domésticos (9,5%). Na contribuição para a distribuição nacional das posições, o aporte dos pequenos empregadores mais capitalizados (9,0% do total), predomina sobre o dos pequenos empregadores menos capitalizados (8,4%), sendo que ambos contribuem em patamar superior ao peso da região, no quadro global. Refletindo a vocação agrícola da região e um certo terreno propício à capitalização dos negócios, em comparação com outras regiões, como o Nordeste, no setor de indústria extrativa nacional (agricultura e extração mineral) os capitalistas da região são 17,6% do cômputo geral, os pequenos empregadores mais capitalizados 13,2% e os pequenos empregadores menos capitalizados 10,5%. A partir de meados da década de 1980 se consolida na região uma agricultura empresarial, com índices elevados de produtividade e vinculada aos mercados globais.⁷⁷

Sabe-se que a região Norte é sub-representada na PNAD, pois as estatísticas apresentadas referem-se somente à sua parcela urbana, já que o levantamento de dados exclui a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e, visando manter a homogeneidade dos resultados apresentados a partir de 1992, não se agregam as informações da área rural do estado de Tocantins, em que o levantamento é realizado.⁷⁸ A região Norte urbana, no âmbito da PNAD, abarca 4,2% da população, 3,7% da PEA e 3,7% das posições de classe. Feitas essas ponderações, cabe chamar a atenção para a participação dos trabalhadores não manuais mais graduados (5,2% do total) e de rotina (4,6% do total), com ênfase nos serviços sociais (8,6% no primeiro e 5,6% no segundo caso), onde tem força o setor público. Além disso, pontua a contribuição dos auto-empregados descapitalizados (5,6% do total), se sobressaindo o setor de serviços distributivos (7,6%), o que significa particularmente, nessa situação, auto-empregados ambulantes e em feiras.